

Docente terá equiparação

O ministro da Administração, Aluizio Alves, entrega hoje ao presidente José Sarney proposta de projeto de lei, a ser enviado ao Congresso Nacional, concedendo isonomia aos docentes das universidades federais, nivelando os salários das autarquias cerca de 10% inferiores, com os das fundações. Para evitar o desnivelamento futuro dos vencimentos — bem como as distorções atuais —, ele proporá, como solução definitiva, a unificação dos dois regimes jurídicos, substituindo-os pela chamada Fundação Pública.

Para o ministro, a concessão da isonomia imediatamente é um paliativo para atender antiga reivindicação dos docentes. Na verdade, a decisão já estava tomada há um ano, mas foi sustada em consequência do Plano Cruzado. Como tudo, no momento, está sendo realinhado, a medida voltou à tona. Conforme a legislação atual, os vencimentos dos servidores das autarquias aumentam quando há reajuste do funcionalismo e os das fundações seguem outros critérios, submetidos ao Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise).

SOLUÇÃO FINAL

A União mantém, hoje, 81 autarquias e 43 funda-

ções. Dessas, 53 autarquias e 21 fundações são universidades federais. A unificação dos dois regimes, pela proposta do Ministério da Administração, simplificará os procedimentos para o Governo e atenderá uma série de reivindicações dos servidores. Os estudos estão sendo concluídos e serão discutidos com os docentes para, em 60 dias, tomarem contornos definitivos.

As 21 fundações de ensino superior são de direito privado, com um terço dos seus recursos captados junto à iniciativa privada. Com a criação da Fundação Pública, elas manterão as características fundamentais no tocante ao ensino público e gratuito, assim como as autárquicas, e perderão a parte privatizada. Na prática, aumentará a presença do Estado no ensino superior.

Além desses assuntos, Aluizio falará com o Presidente sobre o disparo do gatilho para os servidores públicos em março — ele quer descontar 5 por cento que diz ter antecipado no reajuste de janeiro — e sobre os próximos passos da reforma administrativa pública que sua pasta executa.

COMISSÃO

A direção da Associação

Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), se reúne hoje pela manhã com o secretário-geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero. A entidade vai propor ao MEC a formação de uma comissão integrada por representantes do Ministério, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e da própria Andes, para participar da elaboração do anteprojeto de lei que regula a isonomia (equiparação) salarial entre os professores e servidores das universidades federais autárquicas e fundacionais.

O anteprojeto, que está sendo elaborado pelos ministérios da Educação e Administração, além do Gabinete Civil da Presidência deve ser entregue hoje ao presidente José Sarney pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

Ontem, a Andes divulgou uma nota de protesto contra a forma de elaboração do documento sem a participação dos professores. Segundo o presidente da entidade, Newton Lima Neto, a comunidade universitária não aceitará propostas elaboradas sem a sua participação, o que ficou provado com a rejeição do anteprojeto do Geres para a reforma do ensino superior federal”.